

Taça Independência (1972): o futebol no Brasil em tempos de “milagre”

Taça Independência (1972): the soccer in Brazil in “miracle” times

Taça Independência (1972): el fútbol en Brasil en tiempos de “milagro”

Bruno Duarte Rei*

<https://orcid.org/0000-0002-1927-7128>

RESUMO: A relação entre futebol e política é tema que recentemente tem recebido maior atenção por parte de historiadores. Neste artigo, analisa-se tais relações no âmbito da *Taça Independência*: torneio internacional de futebol, ocorrido de 11 de junho a 9 de julho de 1972, como parte da programação das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Discute-se como é que o evento estabeleceu quadros de diálogo com o projeto de propaganda política em voga no país, bem como se constituiu, simultaneamente, em um mecanismo de reafirmação de um consenso social formado em torno do regime militar.

Palavras-chave: Futebol. Propaganda política. Consenso social.

ABSTRACT: The relationship between soccer and politics is a topic that has recently received more attention from historians. In this article, it is analyzed these relations in the ambit of the *Taça Independência*: international soccer cup, which took place from June 11 to July 9, 1972, as part of the schedule for the commemorations of the Sesquicentenary of the Independence of Brazil. It is discussed how the event established dialogues with the project of political propaganda in vogue in the country, as well as being constituted, simultaneously, in a mechanism of reaffirmation of the social consensus formed around the military dictatorship.

Keywords: Soccer. Political propaganda. Social consensus.

* Professor do Colégio Pedro II. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autor da tese de doutorado intitulada *Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*, desenvolvida, entre 2015 e 2019, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (código de financiamento 001). E-mail: br.duartere@gmail.com

RESUMEN: La relación entre fútbol y política es un tema que recientemente ha recibido más atención de los historiadores. Este artículo analiza tales relaciones en la *Taça Independência*: torneo internacional de fútbol, ocurrido del 11 de junio al 9 de julio de 1972, como parte de la programación de las conmemoraciones del Sesquicentenario de la Independencia de Brasil. En él, se discute, más precisamente, cómo el evento estableció diálogos con el proyecto de propaganda política en boga en el país, así como se constituyó, simultáneamente, en un mecanismo de reafirmación del consenso social formado en torno al régimen militar.

Palabras clave: Fútbol. Propaganda política. Consenso social.

Como citar este artigo:

Rei, Bruno Duarte. “Taça Independência (1972): o futebol no Brasil em tempos de ‘milagre’”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 337-363.

Introdução

As comemorações do Sesquicentário da Independência do Brasil, ocorridas entre 21 de abril e 7 de setembro de 1972, carecem, a despeito de suas potencialidades, de mais atenção no campo da História. Após levantamento, não detectei, além dos estudos realizados por Cerri (1999), Almeida (2009),¹ Serpa (2009), Cordeiro (2012),² e Sosnoski (2013), outros que abordam especificamente as festividades.

Entre tantos objetos, o que escapou aos poucos estudiosos das celebrações foram seus eventos esportivos: uma série de competições e apresentações nacionais e internacionais de pequena, média e grande amplitude, ocorridas em todas as regiões do país. Através de consulta ao Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, disponível no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro),³ fiz um levantamento dos eventos desse tipo. Foram detectados mais de 50, dos quais posso destacar: a *Olimpíada do Exército*, a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, a *Taça Independência*, entre outros.⁴

Neste artigo, analiso as relações estabelecidas entre esporte e política no âmbito do último evento citado no parágrafo anterior – notadamente, a *Taça Independência*: torneio internacional de futebol, ocorrido de 11 de junho a 9 de julho de 1972, como parte da programação dos festejos. Discuto como é que o evento estabeleceu quadros de diálogo com o projeto de propaganda política

¹ A tese de doutorado defendida por Almeida (2009) foi publicada no formato de livro. Para mais informações, ver Almeida (2013).

² A tese de doutorado defendida por Cordeiro (2012) foi publicada no formato de livro. Para mais informações, ver Cordeiro (2015).

³ Voltarei a tratar desse fundo documental mais adiante, ainda nesta introdução.

⁴ Para mais informações, ver Rei (2019).

em voga no país. Simultaneamente, o trato como um objeto privilegiado para a compreensão das relações instituídas entre ditadura militar e sociedade em sua complexidade. Debato, mais especificamente, como a *Taça* se constituiu em um mecanismo de reafirmação do consenso social formado em torno do regime militar.

Para o alcance do objetivo exposto, mobilizo, sobretudo, fontes contidas no já mencionado Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, que, resumidamente, está organizado em duas seções.⁵ A primeira reúne correspondências trocadas entre membros da dita comissão e cidadãos brasileiros comuns e de destaque, além de autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ao todo, a seção comporta 6.351 documentos, por mim selecionados e analisados conforme as orientações gerais de Bacellar (2008) sobre os usos e os maus usos dos arquivos e, também, de acordo com as considerações específicas de Malatian (2009) acerca do trato de correspondências em estudos históricos.

A segunda seção congrega notícias de mais de 80 jornais e revistas de múltiplos estados e territórios brasileiros, classificadas em 32 categorias, relacionadas com aspectos variados das comemorações: *Exposições, Congressos e conferências, Inaugurações e lançamentos*, entre outras. Uma das categorias que compõem essa seção é a denominada *Atividades desportivas*, que, em função do grande volume notícias que possui, parece contemplar a cobertura que boa parte da imprensa escrita periódica nacional deu a esse assunto. Para a seleção e análise dessas fontes, também levei, de um modo geral, em consideração as orientações de Bacellar (2008) e, ainda, o que sugere, mais precisamente, Luca (2008) a respeito do uso de periódicos na pesquisa histórica. Todavia, em função dos limites deste artigo, optei por não desenvolver, aqui, uma análise da materialidade dos impressos por mim mobilizados.⁶

Este artigo transita entre os campos da História Política e Cultural, tendo, como já adiantei, como um de seus objetivos a investigação do uso propagandístico da *Taça* pelo regime militar. Desde já, gostaria de mencionar que não pretendo demonstrar que tal objeto foi mobilizado somente como parte de uma estratégia deliberada de manipulação e controle ideológico. Muito pelo contrário, minha intenção é analisar como o esporte estabeleceu pontos de contato com um projeto mais amplo de propaganda política desenvolvido pela ditadura militar (1969-1977), desvendado, em certa medida, no já bastante conhecido trabalho publicado por Fico (1997).

Dentro dessa perspectiva, procurarei, assim como o autor, tecer nexos relacionais entre meu objeto, de caráter político/cultural, e fenômenos de outra “natureza”, como por exemplo: o “milagre brasileiro”, de feitio econômico; e a disputa por uma “leitura correta” do Brasil, de feitio

⁵ Para mais informações, ver Rei (2014).

⁶ Para mais informações, ver Rei (2013).

social. Nesse último caso, me refiro a um fenômeno de longa duração (Braudel 1982), que, como evidencia Souza (1993), se expressa desde o período colonial: os embates travados entre os defensores de uma imagem do Brasil como um país pacífico, grandioso, rico, exuberante e, principalmente, predestinado ao sucesso, que legitima a vocação dos brasileiros para serem otimistas; e os defensores de uma imagem do Brasil como um país marcado pelas suas insuficiências estruturais, não restando aos brasileiros muito mais do que uma expectativa cética e pessimista em relação ao futuro da pátria.

De acordo com Fico (1997, 17), entendo que a disputa por uma “leitura correta” sobre o Brasil não é um fenômeno digno de ser compreendido apenas como um processo de distorção das contradições sociais, patrocinado pelas classes dominantes. Afinal, como explica o autor, esse assunto não expressa somente o anseio de sustentar as relações de subordinação e dependência existentes em uma época, se constituindo, igualmente, como a base de uma significativa rede de auto-reconhecimento social, pois: “[as] convicções sobre as grandes potencialidades brasileiras e da consequente postura do brasileiro como um otimista [...] vem servindo como referencial para a inclusão em [...] uma comunidade – mais precisamente, a que conforma o Brasil”. Ademais, como também esclarece Fico (1997, 18), até mesmo a visão pessimista sobre o país é originária de setores da elite, ou seja: “embora a perspectiva otimista sirva mais facilmente aos propósitos de dominação (exercendo o que poderíamos chamar de *função ideológica*), as visões trágicas sobre o Brasil [...] foram produzidas também por setores dominantes”.

Em função do exposto, acredito que o uso do conceito de ideologia, em sua conotação crítica e negativa (Larrain 2001), não viabilizaria a abordagem que pretendo realizar. Creio que será mais funcional operar com a noção de imaginário social, aqui entendida, tal como defende Baczko (1985), como um fenômeno que intervém constantemente na esfera do poder – mais exatamente, no exercício daquilo que Bourdieu (2003) denominou de poder simbólico: um poder de construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica, capaz de condicionar tanto os modos de sentir, pensar e agir quanto as crenças nas “verdades universais” em vigência em determinados campos sociais.

Para melhor compreender as apropriações de competições esportivas como símbolos mobilizados para legitimar regimes políticos, autoritários ou não, a noção de tradições inventadas me parece ser útil. Como é sabido, Hobsbawm (1997) distingue as referidas tradições em duas categorias: as de caráter político, que são produtos de movimentos sociais e políticos organizados ou, até mesmo, de Estados – como, por exemplo, festas cívicas, heróis nacionais, hinos e bandeiras; e as de caráter social, que são arranjadas por grupos sociais sem organização formal ou sem objetivos políticos específicos – como, por exemplo, a tradição dos brasileiros de considerar o

Brasil como o país do futebol. Conforme o autor, o esporte é um elemento chave para a construção de identidades nacionais, sobretudo pelo fato de reunir diversas tradições inventadas seu redor: cantos de hinos, hasteamentos de bandeiras, cerimônias de abertura e premiação, invenções de heróis nacionais etc. Nas palavras de Hobsbawm (1997, 309): “uma das novas práticas sociais mais importantes de nosso tempo, tanto o esporte das massas quanto o da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas, [...] constituindo[-se como] [...] meio[s] de identificação nacional e comunidade artificial”. Aliás, como destacam Santos, Costa e Melo (2012, 155): “até mesmo quando a ideia de nação se tornou mais frágil, em função do desenvolvimento econômico transnacional, o esporte manteve o papel de construtor e consolidador de discursos identitários, de celebração [ou de desvalorização] da pátria”.

No que se refere a esse assunto, um episódio digno de nota é a derrota da seleção brasileira de futebol para o Uruguai na final da copa de 1950, fato intensamente mobilizado, por diversos segmentos sociais da época, para reforçar visões pessimistas sobre o Brasil.⁷ O jornalista, escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues, por exemplo, afirmava que tal ocorrência era um reflexo do que denominou de “complexo de vira-latas”: um sentimento de inferioridade dos brasileiros perante membros de outras nações.⁸

O posicionamento de Rodrigues é um exemplo clássico de apropriação de uma tradição inventada visando reforçar características de um imaginário social sobre um país, nesse caso pessimista, através da reafirmação de elementos identitários. Conforme Fico (1997), uma estratégia parecida foi adotada pela ditadura militar (1969-1977), que, entre outras ações propagandísticas, mobilizou diversas tradições inventadas a fim de reforçar a ideia de que o Brasil era, de fato, uma pátria promissora e que, por isso, o brasileiro deveria ser um otimista. Como demonstra o autor, a crença em elementos desse imaginário social otimista contou com uma impressionante adesão popular, sobretudo no período do “milagre econômico” (1969-1973). A propósito, como sublinha Fico (1997, 24): “qualquer ideia que se consiga vincular efetivamente à imagem do Brasil e do brasileiro, numa sociedade que atribui tanta importância a um suposto caráter de ambas as noções, acabará por ter força de preceito”.

Neste artigo, também pretendo operar com as categorias consenso e consentimento. De acordo com Riorda (2006), compreendo o consenso como um acordo entre membros de uma mesma unidade social, que diz respeito às normas, aos princípios, valores e objetivos almejados por uma comunidade, assim como aos meios utilizados para alcançá-los. Por sua vez, o consentimento, como chama a atenção Cordeiro (2012, 20), diz respeito, mais especificamente, às:

⁷ Para mais informações, ver Souto (2001).

⁸ Para mais informações, ver Antunes (2004).

“formas – múltiplas – a partir das quais o *acordo* [ou, em outras palavras, o consenso] é conformado e se expressa socialmente”.

Cumpra frisar, conforme Magalhães (2014), que os termos consenso e consentimento não sugerem o estabelecimento de uma simples unanimidade entre membros de uma certa unidade social. Mais do que isso, fazem alusão a fenômenos complexos, marcados por comportamentos sociais variados e, até mesmo, ambivalentes, que, como afirma Reis Filho (2010), concorrem para a sustentação de um determinado regime político, democrático ou não, bem como para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo.

Dentro desse prisma, procurarei tratar o esporte como um objeto privilegiado para a compreensão das relações estabelecidas entre regime militar e sociedade em sua complexidade, me contrapondo a uma memória ainda dominante em determinados espaços de sociabilidade, construída, sobretudo, a partir do último processo de redemocratização da sociedade brasileira: a memória dos “anos de chumbo”. Como já é amplamente conhecido, tal memória, ao versar sobre temas que se remetem à ditadura militar, preza por reforçar, especialmente por meio da mobilização dos mitos da sociedade “resistente” e “vitimizada”, traços de leituras simplistas, binárias e maniqueístas sobre o período, tais como: militares todo-poderosos *versus* civis indefesos, colaboradores *versus* opositores, bem *versus* mal, entre outros.⁹

A partir da dita contraposição, pretendo lançar luzes sobre uma vasta zona cinzenta (Laborie 2003), eivada de diversidades e ambivalências, que se situa entre os polos citados. No que se refere ao caso brasileiro, contemplar as diversidades e as ambivalências que compõem a zona cinzenta significa, como lembra Cordeiro (2012), verificar um conjunto de atitudes que nos possibilita entender melhor as lógicas pelas quais o regime militar se sustentou. Significa, ainda, compreender que os modos de agir das pessoas comuns não podem ser aprendidos de forma sistemática e hermética. Afinal, como destaca a autora, a realidade é difusa: “afirmar a popularidade da ditadura não significa tratar os apoios que recebeu de forma homogênea. Por outra parte, não se pode, como pretendem as construções de memória a partir da redemocratização, reconstruir a sociedade como essencialmente resistente” (Cordeiro 2012, 23).

Intento, portanto, contribuir para a superação de versões memorialísticas que tendem a dividir a sociedade brasileira em polos antagônicos, atribuindo somente aos mecanismos de coerção e de manipulação o advento e a permanência da ditadura militar. Estudos desenvolvidos no Brasil e no exterior demonstram que a complexa articulação entre coerção, manipulação, consenso e consentimento são, de um modo geral, traços característicos de sociedades que experimentaram o

⁹ Para mais informações, ver Rollemberg (2010); Cordeiro (2009); Reis Filho (2004); entre outros.

autoritarismo.¹⁰ De acordo com esse ponto de vista, buscarei, mais precisamente, compreender, assim como Cordeiro (2012), o regime militar sobretudo a partir das relações de continuidade que estabeleceu com a sociedade brasileira. Relações essas que, como sublinha a autora, costumavam identificar a ditadura militar como um legítimo representante de um conjunto de valores e tradições caros ao imaginário social nacional, como por exemplo: o otimismo, a fé no futuro promissor do país.

Em que pese o grande volume de eventos esportivos presentes na programação das comemorações, existe, como já pontuei, uma lacuna de referências bibliográficas direcionadas para essa temática. A carência de trabalhos específicos chama a atenção para a relevância de nos debruçarmos sobre os eventos que obtiveram maior popularidade entre as festividades. Como ressalta Almeida (2009), nenhuma das atividades ligadas às celebrações pôde mobilizar, seja presencialmente ou através da cobertura de meios de comunicação social, um contingente maior de pessoas do que as de natureza esportiva. Parece-me que analisar os festejos sem se deter no aspecto que contou com a maior adesão popular é uma forma incompleta de apreciação desse objeto.

Dos diversos eventos esportivos vinculados às comemorações, apenas a *Taça* foi alvo de apreciações mais detidas por parte de historiadores. Todavia, apesar da qualidade dos poucos estudos até então desenvolvidos,¹¹ entendo que existem algumas polêmicas e imprecisões nas narrativas historiográficas que a abordam. Ademais, ao tomar o evento como objeto, bem como ao mobilizar as fontes contidas no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, verifiquei alguns aspectos a ele relacionados que ainda não foram estudados e que podem, na minha opinião, servir para ampliar o conhecimento histórico já produzido a seu respeito. Creio que as ditas polêmicas, imprecisões e lacunas justificam a necessidade de lançarmos novos olhares sobre a *Taça*. É o que procurei fazer ao longo deste artigo.

Primeiras articulações, ideal de “Brasil grande” e integração nacional

Em julho de 1971, autoridades do futebol mundial foram convidadas, pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), para vistoriar dez dos doze estádios que receberiam os jogos da *Taça Independência*. Da Federação Internacional de Futebol (FIFA), foram chamados o presidente Stanley Rous, o vice-presidente Mohamed Mustafah, o secretário-geral Helmut Kaiser e o membro do comitê executivo e secretário-geral da Confederação Africana de Futebol Ato Tessema. Teófilo

¹⁰ Para mais informações, ver Rollemberg e Quadrat (2010, vol. 1, 2 e 3).

¹¹ Para mais informações, ver Almeida (2009, cap. 3) e Cordeiro (2012, cap. 4).

Salinas, presidente da Confederação Sul-Americana de Futebol, foi igualmente convidado. Todas as autoridades seriam acompanhadas por João Havelange, presidente da CBD, e Abílio de Almeida, secretário-geral da comissão organizadora da *Taça* e membro do comitê executivo da FIFA. Além da visita aos estádios, estava previsto um encontro, em Brasília, entre a comitiva e autoridades brasileiras. Também foi programado um passeio à Furnas, onde os visitantes teriam a oportunidade de ver um dos patrimônios do “Brasil grande”: “um dos maiores complexos hidrelétricos do mundo” (Folha de S. Paulo 1972a, 32).

Ainda em 1971 – mais precisamente, no mês de outubro – quem esteve no exterior foi Havelange, acompanhado de Abílio de Almeida. Os dirigentes brasileiros viajaram ao Peru, para entregar convites aos países filiados à Confederação Sul-Americana de Futebol: Argentina, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Venezuela, além do próprio Peru (Folha de S. Paulo 1971a, 19). Com o intuito garantir a presença de seleções europeias, Havelange, em dezembro desse mesmo ano, fez uma outra viagem. O presidente da CBD esteve por 27 dias no “velho mundo”, onde visitou 11 países e 15 cidades. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, Havelange fez um balanço positivo dessa última viagem: “pude mostrar, em todos os países que visitei, a capacidade da CBD organizar um torneio da dimensão da *Copa Independência*. Realmente foi um orgulho dizer que possuímos estádios de gabarito, todos eles modernos e confortáveis” (Jornal do Brasil 1971, 39).

De acordo com Cordeiro (2012, 138), além de ter feito as viagens citadas, Havelange teria, ainda, enviado emissários à África e à Ásia. Como afirma a autora, a ideia do presidente da CBD era: “reunir seleções de todos – ou quase todos – os continentes”. O projeto de Havelange consistia, mais especificamente, em envolver 20 países na disputa do certame, quatro a mais que os 16 que disputaram o mundial de 1970. Para tanto, o torneio, orçado em 5 milhões de dólares, pôde contar com o financiamento da União de Bancos Brasileiros (UBB), na época presidida pelo embaixador Válter Moreira Sales (Manchete 1972a). Conforme Almeida (2009), a CBD foi a única responsável diante dos credores. Como explica o autor, a intenção da entidade era aplicar os possíveis lucros em atividades economicamente rentáveis (como, por exemplo, fundos de investimento) e, dessa forma, assegurar a sua autonomia financeira. Cabe dizer que a CBD não foi a única a ser beneficiada com tal financiamento. Como avaliou Havelange, em entrevista concedida à revista *Manchete*: “se ganharmos, conseguindo o caríssimo financiamento do torneio, os banqueiros também ganharam, com os juros e comissões desses negócios” (Manchete 1972a).

Devido ao expressivo volume de incentivos e investimentos públicos e privados, estádios foram reformados e, até mesmo, construídos. No Rio de Janeiro, um moderno sistema de iluminação foi dado ao Maracanã, embora o gramado, em virtude do excesso de jogos, tenha

permanecido em péssimas condições (Folha de S. Paulo 1971b, 16). Em Salvador, obras foram feitas na Fonte Nova, que teve sua capacidade ampliada para 110 mil torcedores (O Cruzeiro 1972, 19). Em Campo Grande – vale esclarecer, capital do Mato Grosso do Sul – a expectativa era grande: o Moreirão, estádio classificado por Rous como um dos mais bem projetados do mundo, se preparava para receber os seus primeiros jogos internacionais (O Globo 1972). Ao todo, a comissão organizadora da *Taça* contou com 12 estádios, distribuídos entre as cinco regiões brasileiras: centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul. Além dos já citados, também foram mobilizadas as instalações do Morumbi (São Paulo), Mineirão (Belo Horizonte), Beira-Rio (Porto Alegre), Trapichão (Maceió), Arruda (Recife), Vivaldão (Manaus), Batistão (Aracaju), Belfort Duarte (Curitiba) e Castelão (Natal) (Jornal dos Sports 1972a).

Concordo com Almeida (2009) ao afirmar que a *Taça* foi mobilizada como uma via de reforço do ideal de “Brasil grande”, algo que, como demonstra Fico (1997), era bastante caro ao projeto de propaganda política desenvolvido pelo regime militar. Por isso, não me parece ser equivocado dizer que, assim como a CBD e a UBB, a ditadura militar também visava lucrar, notadamente sob o ponto de vista simbólico, com a ocorrência do torneio. Como destaca Cordeiro (2012), o certame – até então, o maior já promovido por um único país (Veja 1972a, 81) – se caracterizou como uma oportunidade ímpar de demonstrar, para brasileiros e estrangeiros, o potencial da pátria no que tange à organização de grandes eventos internacionais. Ao falar sobre esse assunto em palestra ministrada no Rotary Clube Jardim Primavera, Abílio de Almeida foi incisivo: “vamos dar uma demonstração de grandeza do nosso país, mostrando-o ao mundo inteiro. Temos hoje os maiores estádios [...]. É uma demonstração de força que teremos ocasião de apresentar” (Última Hora 1972).

Afora o reforço do ideal de “Brasil grande”, a questão da integração nacional – que, ainda conforme Fico (1997), era um outro aspecto muito caro ao projeto de propaganda política elaborado pelo regime militar – também atravessou a organização da *Taça*. Ao abordar esse assunto em suplemento especial sobre o torneio, a equipe editorial do *Jornal dos Sports* foi taxativa: “a inclusão da *Taça* [...] no programa oficial dos festejos [...] evidencia o quanto o governo federal entende que, através das disputas esportivas, pode integrar ainda mais o país, unindo todos os brasileiros no desejo de novas vitórias da seleção tricampeã” (Jornal dos Sports 1972b). Cumpre frisar que o governo federal não era o único que via o torneio dessa forma. A CBD, por exemplo, o enxergava da mesma maneira, como se pode verificar na afirmação, contida em ofício direcionado à presidência da república, de que a confederação visava promover através da *Taça*: “um trabalho de integração nacional por meio do futebol” (Confederação Brasileira de Desportos 1972). Nas palavras do próprio presidente da CBD, proferidas em entrevista dada ao já citado *Jornal dos Sports*

(Jornal dos Sports 1972a), é possível perceber que, no seu entendimento, o futebol poderia servir, mais precisamente, como: “mais um elo para a integração do país, que passa por uma fase de desenvolvimento. O torneio seria um espetáculo de enorme proporção, com o aproveitamento de 12 estádios brasileiros de grande capacidade de público”. Segundo Havelange: “a CBD contava com o apoio de todos os brasileiros e tinha o maior interesse em retribuir esse apoio com seu esforço”.

Em função do exposto, concordo novamente com Almeida (2009) ao afirmar que a *Taça* também foi utilizada – tanto devido à sua capilaridade quanto em virtude da capacidade de mobilização do futebol – como uma ferramenta de integração nacional. Como explica D’Araújo (2010), a projeção, seja nacional ou internacional, do ideal de “Brasil grande” durante o governo Médici perpassou por diversos atos voltados para a integração do território nacional, haja vista que tal integração era concebida, por esse governo, como uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e a segurança interna e externa do país. Com efeito, o já bastante conhecido Plano de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970,¹² ocupa uma posição de proeminência entre as medidas implementadas para integrar o território brasileiro. Entretanto, como chama atenção Soares (2015), o PIN foi apenas um dos aspectos de uma complexa maquinaria utilizada para o alcance dessa finalidade. Dito de outra forma, a integração – entendida, simultaneamente, como uma estratégia de desenvolvimento (sobretudo, de deslocamento do centro de gravidade da economia para o norte, repetindo nessa região aquilo que já se havia conseguido realizar na região centro-sul do país) e de segurança nacional (especialmente, de proteção da Amazônia da cobiça internacional e de possíveis ações das esquerdas) – estava igualmente ligada a outros diversos atos, que ainda merecem ser alvo de estudos mais pormenorizados no campo da História. Entre eles, poderia destacar aqueles que foram voltados, eminentemente, para integração cultural das mais distintas regiões brasileiras – como, por exemplo, a mobilização política de eventos esportivos, dos quais são dignos de nota, além da *Taça*, os pouco estudados *Torneio Roberto Gomes Pedrosa* (1967-1970), *Torneio de Integração Nacional* (1971) e *Campeonato Nacional de Clubes* (1971-1974).¹³

O surgimento de um imprevisto: a recusa de tradicionais seleções europeias

Todo o cuidado dispensado com os preparativos da *Taça Independência* não foi suficiente para impedir o surgimento de imprevistos, que, como veremos a seguir, colocaram em xeque o seu

¹² Para mais informações, ver Brasil (1970).

¹³ Para mais informações, ver Schatz e Espíndola (2016).

sucesso. O primeiro deles foi, certamente, a não participação de tradicionais seleções europeias. Em um primeiro momento, foram convidadas para participar da competição todas as seleções, até então, campeãs mundiais: Uruguai, Itália, Alemanha Ocidental e Inglaterra. Das quatro, a seleção uruguaia foi a única que acenou positivamente. Já a seleção inglesa foi a primeira a manifestar a sua recusa. Embora o certame já estivesse incluído no calendário do *English Team* desde 1971, os jogadores da Inglaterra não foram liberados por seus clubes, em função de coincidência de datas com a *Copa da Europa* (Manchete 1972b).

Até aí, tudo parecia estar sob controle. Em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, logo após voltar de viagem feita ao “velho mundo”, Havelange afirmou que tinha contornado a situação, garantindo a presença de uma substituta de “peso”: a tradicional seleção espanhola. Ademais, amenizou a situação, afirmando que todos os países consultados – Rússia, França, Portugal, Alemanha Ocidental, Itália, entre outros – aceitaram participar da *Taça*, fazendo apenas algumas reivindicações a respeito das datas. O presidente da CBD disse, ainda, que havia uma lista de espera de seleções interessadas: Áustria, Hungria, Tchecoslováquia, Holanda, Suíça, Escócia, Bélgica, Suécia e Romênia (Folha de S. Paulo 1971c, 32).

O problema é que, com o passar do tempo, seleções que confirmaram participação no torneio mudaram de ideia, sinalizando uma posição de desistência. A própria Espanha, que iria substituir a Inglaterra, resolveu não participar. Inicialmente, os espanhóis condicionaram a sua participação ao pagamento de uma dívida de 65 mil dólares, contraída pelo Clube de Regatas Flamengo junto ao Futbol Club Barcelona. A CBD pagou a quantia solicitada prontamente. No entanto, a despeito da quitação da dívida, a Espanha decidiu não enviar a sua seleção, alegando conflito de datas com a *Copa da Espanha* e a *Taça Generalíssimo* (O Jornal 1972). Já a Alemanha Ocidental afirmou que, após uma sequência de duas desgastantes partidas contra os ingleses, válidas pelas quartas de final da *Taça das Nações*, não conseguiria se recuperar fisicamente a tempo de viajar para o Brasil (Manchete 1972a). Para os italianos, o problema era de caráter econômico. Eles sustentaram que suas agremiações não estavam dispostas a ceder os seus principais valores, devido à possibilidade de perderem muito dinheiro com a ocorrência de algum imprevisto, como, por exemplo, ter um de seus atletas lesionado, em decorrência da participação na *Taça* (Manchete 1972b). Países europeus menos expressivos no “mundo do futebol” também agiram de modo semelhante. A Áustria chegou até a pedir para ser convidada e, quando a CBD formalizou o convite, alegou que não iria mais participar do certame. O mesmo aconteceu com Bélgica, Holanda e Hungria (Manchete 1972a).

Como se pode notar, a ordem era dizer não à *Taça*. Mas o que estava por trás disso tudo? Na academia, existem duas teses que visam explicar as recusas das seleções europeias. A primeira,

defendida tanto por Almeida (2009) quanto por Cordeiro (2012), afirma que houve um boicote, capitaneado por Rous, à candidatura de Havelange à presidência da FIFA. Tal tese – que, na época, foi bastante difundida na imprensa escrita nacional¹⁴ – me parece ser, de fato, pertinente. Afinal, como chama a atenção Cordeiro (2012), anos mais tarde o próprio Havelange admitiu a seu biógrafo, Ernesto Rodrigues, que tudo não passava de uma estratégia política de Rous e seus aliados. Nas palavras do presidente da CBD: “desde o primeiro momento não foi fácil lidar com os europeus [...]. Como eu era candidato à presidência da FIFA, me tiraram a escada” (Rodrigues 2007, 136).

Todavia, cabe destacar, ainda de acordo com Cordeiro (2012), que, em 1972, a estratégia do comitê organizador do torneio foi negar o boicote dos europeus. Em entrevista coletiva concedida no auditório da CBD, Havelange adotou uma postura conciliadora: “fui lançado pela Confederação Sul-Americana de Futebol e aceitei a candidatura. Não acho que um candidato de um continente que possui apenas 10 votos seja preocupação para os europeus [...]. A ausência de alguns países não tem nenhum caráter político” (Jornal dos Sports 1972c). Em já citada palestra ministrada no Rotary Clube Jardim Primavera, Abílio de Almeida teve a mesma conduta. Inclusive, chegou a elogiar a postura do então presidente da FIFA: “Rous teve uma atitude extraordinária, pois, no dia 10 de janeiro de 1971, na Reunião do Comitê Executivo da FIFA, em Atenas, deu apoio integral à Taça [...], justificando que o Brasil era, de fato, o líder do futebol mundial e merecia a promoção” (Última Hora 1972). Como se pode ver, a ideia dos brasileiros era evitar polêmicas e, assim, preservar a imagem da Taça e do próprio presidente da CBD – candidatíssimo ao posto máximo da FIFA.

A segunda tese explicativa das recusas é defendida apenas por Almeida (2009, 126). Segundo ele: “havia a preocupação, em países europeus, de se afastar do governo brasileiro, então acusado de promover violações dos direitos humanos”. Essa tese me parece ser frágil. Primeiramente, porque Almeida (2009) não apresenta as fontes mobilizadas para fazer tal afirmação. Ao analisar a documentação contida no Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, bem como as demais fontes utilizadas pelo autor, não encontrei nenhum registro que possibilitasse a defesa da mesma. Pude observar, ainda, que países que se recusaram a participar da Taça enviaram representantes para disputar campeonatos de outras modalidades esportivas. É o caso, por exemplo, da Alemanha Ocidental, que enviou atletas para participarem das seis edições do *Sarau Internacional de Ginástica Moderna*, ocorridas em 6 de maio, em Porto Alegre; em 10 de maio, em Belo Horizonte; em 13 de maio, em Brasília; em 16

¹⁴ Para mais informações, ver Arquivo Nacional (1972).

de maio, em Salvador; em 19 de maio, em Recife; e de 21 a 22 de maio, no Rio de Janeiro (Corrêa 1972). Ora, se a recusa da Alemanha Ocidental, assim como a dos demais países que optaram por não participar da *Taça*, estivesse, de fato, associada a um posicionamento político de afastamento, creio que não faria muito sentido deixar de participar de um torneio de futebol e enviar representantes para disputar campeonatos de outras modalidades esportivas. Entre tantos, mais um exemplo que põe em xeque a tese em questão é a recusa da própria Espanha, que, na ocasião, também vivenciava um regime ditatorial, acusado no cenário internacional de cometer práticas que violavam os direitos humanos.

Enfim, as tradicionais seleções europeias foram substituídas por outras de menor vulto: Escócia, Tchecoslováquia e União Soviética, que, ao lado de Brasil e Uruguai, formaram o grupo dos países pré-classificados para a fase eliminatória da *Taça*. Para a etapa preliminar, três grupos foram formados. No Grupo I, cujas as sedes foram Aracajú, Maceió e Salvador, ficaram Argentina, Colômbia, França, Seleção da África e Seleção da Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (CONCACAF). Essa última substituiu o México, que, de última hora, também desistiu de participar, sem alegar motivo aparente. O Grupo II foi formado por Irã, Chile, Equador, Irlanda e Portugal. As sedes do grupo foram Natal e Recife. No Grupo III, que teve como sedes Curitiba, Campo Grande e Manaus, foram alocadas as seleções da Bolívia, Paraguai, Peru, Venezuela e Iugoslávia. O primeiro colocado de cada grupo iria disputar, junto com os países pré-classificados, as eliminatórias (Jornal do Comércio 1972). Ao todo, foram 20 as seleções que participaram do torneio, número superior ao da copa de 1970, que, como já disse, contou com 16 países.

A etapa preliminar do torneio e um novo imprevisto: os estádios vazios

Em sua etapa preliminar, a *Taça Independência* não despertou muito interesse no público em geral. Em que pese toda a expectativa gerada pelos meios de comunicação,¹⁵ o torneio iniciou de um modo tímido. Não contou, por exemplo, com uma grande cerimônia de abertura, traço característico dos eventos esportivos de maior vulto. Ademais, a seleção brasileira só entrou em campo nas eliminatórias. Isso fez com que o início da *Taça*, no dia 11 de julho, fosse marcado pelo acontecimento de jogos pouco expressivos, que contaram com a presença de um público abaixo do esperado: Irlanda 2 x 1 Irã, em Recife; Portugal 3 x 0 Equador, em Natal; Peru 3 x 0 Bolívia, em Curitiba; Paraguai 4 x 1 Venezuela, em Campo Grande; França 5 x 0 CONCACAF, em Salvador; e Argentina 2 x 0 África, em Aracajú (Veja 2020).

¹⁵ Para mais informações, ver Arquivo Nacional (1972).

Em termos gerais, os estádios vazios foram um traço característico de toda a primeira fase da *Taça*. Tendo em vista evitar esse quadro, a CBD lançou mão de algumas estratégias, que contribuíram para o aumento do público presente nos estádios, embora não como o desejado. Uma delas foi o sorteio de brindes – entre eles, automóveis VW Fusca 1500, vulgo Fuscão, zero quilômetros – aos torcedores (Jornal dos Sports 1972d). Também foram distribuídos, gratuitamente, ingressos para estudantes universitários e secundaristas (Folha de S. Paulo 1972b). Cabe destacar que grande parte desses ingressos foram parar nas mãos de cambistas, que os revendiam ao público geral (Manchete 1972c). Tal prática gerou prejuízos e desgastes para a comissão organizadora do torneio, que, além de investir no aumento da repressão policial, começou a exigir identificação dos estudantes nas entradas dos estádios (Jornal dos Sports 1972e). Em Pernambuco, a resposta dada foi um pouco mais dura: a gratuidade passou a ser concedida apenas a menores de 12 anos, acompanhados dos pais ou responsáveis (Jornal dos Sports 1972f).

Almeida (2009) aponta dois possíveis aspectos que contribuíram para o esvaziamento dos estádios na primeira etapa na *Taça*: o alto preço dos ingressos, duramente criticado pela imprensa escrita nacional; e a concorrência das emissoras de televisão, que transmitiram os jogos para todos os estados e territórios brasileiros. Acredito, de acordo com Cordeiro (2012, 154), que também devemos considerar ser praticamente inevitável verificar, em uma competição que reúne 20 seleções internacionais, a baixa frequência de público em determinados jogos. Como afirma a autora: “não é difícil supor que partidas como CONCACAF x Colômbia ou Equador x Ásia, para citar apenas alguns exemplos, não despertassem mesmo o interesse da torcida”. Aliás, creio que esse foi, com efeito, o principal motivo da baixa afluência de público na fase inicial do certame, pois, como veremos mais adiante, a despeito do valor das entradas e da cobertura televisiva, se conseguiu alcançar uma boa média de público durante as eliminatórias: momento marcado pela ocorrência de jogos disputados entre seleções que contavam com um maior prestígio no “mundo do futebol”. Entre elas, a própria seleção brasileira.

Super ou mini? Uma análise das dimensões simbólicas do torneio

Como se pode perceber, a *Taça Independência* foi projetada para ter as dimensões simbólicas de uma “*Supercopa*”. Afinal, além de ser o “torneio dos votos de Havelange”, também deveria ser o evento mais popular dos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil: um conjunto de celebrações que, como definem Almeida (2009) e Cordeiro (2012), se caracterizou, de um modo geral, pela imponência e obsessão por grandeza, pelo intento de mostrar, aos brasileiros e ao mundo, a potência em que o país, que experimentava o “milagre econômico”, havia, em tese, se

transformado. Portanto, a *Taça* não visava somente demonstrar, nos gramados, a qualidade do selecionado nacional de futebol, recém-consagrado com a conquista do tricampeonato mundial, na copa de 1970. Mais do que isso, se buscava, igualmente, evidenciar – dentro e fora das “quatro linhas” – as capacidades de realização de Havelange e, sobretudo, do “Brasil grande”.

Embora nascida para ser “grande”, a *Taça* teve sua magnitude colocada em xeque pelas recusas das tradicionais seleções europeias, bem como pelo pouco interesse demonstrado pelo público durante a sua fase preliminar. Foi um momento difícil para a CBD. Os estádios vazios geraram uma arrecadação abaixo do esperado, causando prejuízos para os organizadores do campeonato (Manchete 1972d). Diante desse cenário, Médici foi generoso. Como destaca Almeida (2009), o presidente da república autorizou a subvenção de parte das despesas do torneio, liberando cerca de 430 mil dólares para o custeio de gastos com deslocamento das delegações (Jornal dos Sports 1972g). É importante registrar que a ajuda não vinha somente do governo federal. Como afirmou Abílio de Almeida, em entrevista dada ao jornal *Última Hora*, o apoio recebido era geral: “já viajei por todo o Brasil e sinto a vontade que todos têm para colaborar. Os governadores dão tudo o que pedimos, facilitam as coisas e tornam a missão mais fácil”. Em contrapartida, a CBD teve que exibir, antes de todas as partidas, vídeos de 50 minutos sobre o Brasil, as cidades e os estádios que sediavam os jogos. Segundo Abílio, a ideia que girava ao redor de tais exibições era a de mostrar as grandezas do país ao mundo (*Última Hora* 1972).

Apesar de todo o apoio, após o fim da *Taça*, seus organizadores constataram que ela resultou em déficit financeiro – que, como demonstra Almeida (2009), no final das contas foi, mais uma vez, sanado por meio do emprego de recursos públicos. Mas seria possível associar esse prejuízo, assim como os demais problemas até aqui citados, a um quadro de fracasso geral do evento? Parece-me que não. Devo lembrar, tal como chama a atenção Cordeiro (2012), que os objetivos centrais do certame eram, sobretudo, políticos: promover a candidatura de Havelange à presidência da FIFA e celebrar o 150º aniversário da emancipação política nacional (Manchete 1972e). Em relação ao primeiro objetivo, sabemos que Havelange, dois anos após a ocorrência do campeonato, conseguiu se eleger. No entanto, a importância da *Taça* para a ocorrência desse feito é tema ainda a ser estudado. Embora reconheça a relevância desse objeto, abordá-lo, neste momento, me distanciaria demasiadamente do escopo deste artigo. Sendo assim, privilegiarei a análise do segundo objetivo mencionado. A propósito, qual foi o significado do torneio para o país que, durante um período de apogeu do governo Médici, comemorava os 150 anos de sua independência? Para compreendermos melhor a questão em tela é fundamental lançarmos luzes sobre a segunda etapa da *Taça*: ocasião em que entra em campo o escrete canarinho.

A fase eliminatória do torneio e a campanha do escrete canarinho

Para a segunda fase da *Taça Independência*, estava prevista a formação de dois grupos (A e B), compostos pelas seleções classificadas em primeiro lugar na etapa inicial, assim como pelas que já estavam pré-classificadas. A ideia era fazer com que, em um primeiro momento, os componentes de cada chave se enfrentassem entre si (A Tribuna 1972). Em seguida, os primeiros colocados de cada grupo disputariam a final, com direito a uma premiação de 50 mil dólares para o campeão e 30 mil para o vice. Os segundos colocados disputariam o terceiro lugar geral. Para esse caso, foram destinados 20 mil dólares para a premiação do terceiro colocado e 10 mil para o quarto (Manchete 1972a). Iugoslávia (primeira colocada do Grupo III), Brasil, Escócia e Tchecoslováquia eram os componentes do Grupo A. Argentina (primeira colocada do Grupo I), Portugal (primeiro colocado no Grupo II), União Soviética e Uruguai formaram o Grupo B (Veja 2020).

A estreia do Brasil ocorreu no dia 28 de junho, em jogo contra a Tchecoslováquia, no Maracanã. Nesse dia, o estádio contava com a presença de “personalidades ilustres”, tais como: Rous, Havelange, Médici e Antônio Chagas Freitas, governador do estado da Guanabara (Jornal dos Sports 1972h). Os torcedores comuns também compareceram, munidos de grande expectativa para o jogo. Para a frustração do público, a partida terminou em empate sem gols. Como resumiu o jornalista Ney Bianchi, em matéria publicada na revista *Manchete*: “parecia uma parada fácil. Foi goleando os tchecos por 4 a 1 que o escrete de ouro, dois anos atrás, abriu em Guadalajara o caminho para o tri. Uma goleada ainda mais espetacular era o que esperava aquela torcida imensa no Maracanã [...]. Mas o tempo foi passando e os gols não vieram”. Segundo Bianchi, na visão do técnico Zagallo foram dois os aspectos que inviabilizaram a vitória do escrete canarinho na estreia do torneio: “a retranca tcheca e o azar, que fez defesas fabulosas, pelas mãos do goleiro Viktor” (Manchete 1972f).

O segundo jogo da seleção brasileira aconteceu no dia 2 de julho, no Morumbi. O adversário foi a Iugoslávia. Mesmo vindo de um empate sem gols, o selecionado nacional contou com total apoio dos paulistas, que, assim como os cariocas, lotaram o estádio e fizeram uma grande festa. Além dos cantos de incentivo ao escrete canarinho, vaias também eram ouvidas frequentemente, com o intuito de atrapalhar a concentração dos iugoslavos, no momento em que mantinham a posse da bola (Jornal do Brasil 1972a, 50). A seleção brasileira retribuiu o “empurrão” dado pela torcida: com boa atuação, venceu a Iugoslávia por 3 a 0, com dois gols de Leivinha e um de Jairzinho. Conforme Bianchi, parecia que, finalmente, o futebol demonstrado na copa de 1970 dava sinais de que iria voltar: “a entrada de Leivinha no lugar de Paulo César marcou o reencontro dos tricampeões mundiais com o gol. E eles puderam, então, reviver – embora ainda um tanto *flou* – a sua melhor imagem mexicana” (Manchete 1972g).

O último passo para o alcance da tão desejada vaga na final da *Taça* era o embate contra a Escócia. A partida ocorreu no dia 5 de julho, no Maracanã. O jogo foi difícil e marcado pela tensão. A derrota para os escoceses significaria a desclassificação do Brasil. Mais uma vez, a torcida brasileira compareceu em massa, lotando o estádio. A estratégia adotada pelo público presente foi a mesma dos que estiveram no Morumbi: para o selecionado nacional, apoio irrestrito; para o adversário, vaias “monumentais” – que, inclusive, deixaram o técnico escocês irritado no término da partida. Apesar de todo o incentivo por parte da torcida, o escrete canarinho não fez um bom jogo. Pouco se criou diante do ríspido esquema tático defensivo armado pela Escócia. Mas, para o “bem e felicidade da nação”, tudo acabou dando certo. Pouco antes do fim da partida, aos 38 minutos do segundo tempo, Jairzinho fez 1 a 0. Foi o gol da vitória, que também selou o passaporte da seleção brasileira para a disputa da final do certame (Manchete 1972g).

Uma final surpreendente: Brasil versus Portugal

Foi a seleção portuguesa, primeira colocada no Grupo B, que se classificou para enfrentar o escrete canarinho na decisão da *Taça Independência*. Almeida (2009, 136) chega a falar em favorecimento: “os organizadores da *Mimicopa* procuraram direcionar os semifinalistas, colocando Portugal e Brasil em grupos com adversários mais fáceis”. Discordo do autor. Afinal, ao verificar a tabela e a cobertura dada pela imprensa escrita nacional à segunda fase do campeonato, percebi que a distribuição das equipes favoritas ao título estava equilibrada.¹⁶ Também cumpre mencionar, de acordo com Cordeiro (2012), que Portugal sequer foi cogitado nas estimativas iniciais, feitas pelos jornalistas esportivos, sobre quem chegaria à final do certame. Como demonstra a autora, os mais cotados – além do Brasil, favoritíssimo ao título – eram Argentina, Escócia, Iugoslávia e Uruguai. A presença do selecionado português na final da *Taça* foi, portanto, um tanto quanto inesperada. Dito de outra forma, foi muito mais fruto de uma boa e surpreendente campanha desempenhada por Portugal do que de manipulações da tabela feita pelos organizadores do evento (Jornal do Brasil 1972b, 1).

A decisão da *Taça* ocorreu no dia 9 de julho, no Maracanã. Na ocasião, era grande a expectativa depositada pelos brasileiros no escrete canarinho. Os baianos – que, por exemplo, demonstraram pouco entusiasmo durante a primeira etapa do torneio – chegaram a organizar caravanas de ônibus, percorrendo uma distância total de 3.200 quilômetros, só para estarem presentes na decisão (Veja 1972b, 72). Nem mesmo o clima instável e a temperatura em declínio afastaram os torcedores, que, ao invés de privilegiarem as transmissões do jogo feitas pela televisão

¹⁶ Para mais informações, ver Arquivo Nacional (1972).

ou pelo rádio, não mediram esforços para comparecerem ao estádio. O público da partida foi estimado em 100 mil espectadores, que se espremeram no Maracanã para incentivar a seleção brasileira (Folha de S. Paulo 1972c, 17). Afora a disputa do título em si, um outro ingrediente apimentava a partida. O selecionado nacional vinha embalado por uma expressiva sequência de invencibilidade, que estava próxima de completar 3 anos (Manchete 1972h). Inclusive, caso se sagrasse vitorioso, iria superar um recorde alcançado pela Hungria, que, entre 1950 e 1951, se manteve invicta por 32 jogos consecutivos (Jornal do Brasil 1972c, 50).

Antes da decisão entre Brasil e Portugal – mais precisamente, a partir das 16 horas – aconteceu o jogo entre Iugoslávia e Argentina, que valia o terceiro lugar geral da *Taça*. Os torcedores brasileiros chegaram cedo no Maracanã, para prestigiar a partida preliminar e, sobretudo, torcer contra o seu principal arquirrival sul-americano (Folha de S. Paulo 1972d, 19). Médici também resolveu chegar com antecedência. No intervalo da partida preliminar, já se podia notar a presença dele na tribuna de honra do estádio, acompanhado de Chagas Freitas e do então general ministro do Exército, Orlando Geisel. Aplaudido de pé pelo público presente, Médici demonstrou gentileza ao retribuir a boa recepção, acenando para os populares, com um sorriso no rosto (Folha de S. Paulo 1972e, 21). Em linhas gerais, autoridades e torcedores comuns assistiram um Iugoslávia *versus* Argentina tumultuado e violento, que, aliás, chegou a ser interrompido por 24 minutos, em função de uma briga generalizada entre os jogadores que estavam em campo. Apesar da pancadaria, me parece que o placar final, de um modo geral, agradou aos brasileiros. A partida terminou com uma goleada, de 4 a 2, da Iugoslávia sobre a Argentina (Folha de S. Paulo 1972f, 17). Mas o melhor ainda estava por vir.

Brasil e Portugal entraram em campo pouco antes das 18 horas. Eis a escalação da seleção portuguesa, que tinha como base o time do Benfica: José Henrique, Artur, Humberto, Messias, Adolfo, Toni, Jaime Graça, Peres, Jordão, Eusébio e Diniz. Já a base do escrete canarinho era o time campeão da copa de 1970: Leão, Zé Maria, Brito, Vantuir, Marco Antônio, Clodoaldo, Gerson, Rivellino, Jairzinho, Leivinha e Tostão (Veja 2020). Em que pese a ausência dos tricampeões mundiais Félix, Piazza, Everaldo e Carlos Alberto, o que se pôde notar, durante toda a *Taça*, foi uma grande preocupação com a ausência de Pelé, que, em 1971, tinha encerrado a sua carreira na seleção brasileira. Segundo Rodrigues (2007), o “Rei do futebol” chegou até a ser convidado, por Havelange, para participar do certame. No entanto, Pelé teria condicionado o seu retorno à seleção brasileira ao recebimento de um cachê diferenciado dos demais jogadores. De acordo com o jornalista esportivo Juca Kfoury, o “Rei” teria se recusado receber a quantia de 1.000 dólares por partida, alegando que ganhava o triplo desse valor para participar dos amistosos que realizava pelo Santos Futebol Clube (Folha de S. Paulo 2020).

Por volta das 18 horas, logo depois de tocarem os hinos nacionais, o juiz israelense Abraham Klein deu início à partida. A final da *Taça* foi tensa e equilibrada (Jornal do Brasil 1972d, 1). Portugal surpreendeu: resolveu mudar o sistema de jogo adotado ao longo de todo o campeonato, optando por privilegiar um esquema tático defensivo. Apesar da “retranca” montada pelos portugueses, o Brasil chegou até a criar algumas situações de gol, mas que não obtiveram êxito (Folha de S. Paulo 1972g, 20). Assim como Portugal, Médici também surpreendeu aqueles que o acompanhavam. Afinal, ele parecia estar um tanto quanto inquieto: além de dar frequentemente socos no ar e levantar os braços diante de gols perdidos e jogadas malfeitas, já tinha mudado seu rádio de pilha de um ouvido para o outro 13 vezes e fumado 9 cigarros – atingindo, em menos de 90 minutos, o limite de sua média diária (Jornal do Brasil 1972e, 55). Mas, quando ninguém mais esperava, faltando menos de 1 minuto para o término do segundo tempo, a bola finalmente entrou. Após cobrança de falta feita por Rivellino, Jairzinho subiu, na pequena área, para fazer o gol do título. Logo em seguida, enquanto Jair, muito emocionado, era carregado por seus companheiros, Klein deu o apito final (Jornal do Brasil 1972d, 1). O Brasil era, enfim, o campeão do certame.

Os 100 mil torcedores presentes no Maracanã “explodiam” de alegria (Jornal do Brasil 1972d, 1). Tal como os populares, Médici também comemorava euforicamente. Quando o Brasil fez o gol do título, o presidente da república chegou a jogar para o alto o seu rádio de pilha, se levantando com os dois braços para cima e lançando um forte grito de gol. Ele deu, ainda, um abraço apertado no general ministro Geisel, que estava ao seu lado, e, ao embaixador português Manuel Fragoso, que estava igualmente próximo, disse, em um tom cordial: “nós tivemos mais sorte que vocês” (Folha de S. Paulo 1972e, 21). Ainda na tribuna de honra, Médici fez a entrega da *Taça*, parabenizando o meia Gerson: “parabéns, capitão. Vocês acabaram de dar uma grande alegria ao Brasil” (Folha de S. Paulo 1972e, 21).

Após o fim da decisão, o ambiente no vestiário da seleção brasileira não se apresentava muito vibrante. Jairzinho era uma das exceções: muito alegre, não parava de comentar os lances da partida. Dispensados e carregando, simultaneamente, o cansaço e o alívio da sensação de missão cumprida, grande parte dos jogadores não pensava em outra coisa senão tomar um banho e voltar para a casa (Jornal do Brasil 1972f, 54). Rivellino, Luis Carlos e Eurico, por exemplo, partiram de carro diretamente do Maracanã para São Paulo (Folha de S. Paulo 1972h, 21). Enquanto isso, no salão nobre do estádio, uma garrafa de champanhe francesa era servida para as autoridades. Ao receber sua taça, Médici tomou um gole e passou para Havelange, celebrando o momento junto com o dirigente máximo da CBD. O presidente da república permaneceu no Maracanã até às 21 horas. Ao sair, foi novamente aplaudido por torcedores, que celebravam o título nos arredores do

estádio. Em resposta, Médici ergueu os dois braços, com os punhos cerrados, reproduzindo o gesto que costumam fazer os pugilistas quando vencem uma peleja (Folha de S. Paulo 1972e, 21).

Considerações finais: o torneio como produto e agente do “milagre econômico”

As discussões travadas ao longo deste artigo nos ajudam a compreender a *Taça Independência* como um produto e, ao mesmo tempo, como um agente do “milagre econômico”: período em que, como chama a atenção Almeida (2009), regime militar e segmentos expressivos da sociedade brasileira se empenhavam na construção de um “Brasil grande”. A “onda” de otimismo gerada pelo “milagre” estava associada a diversos fatores, que, de um modo geral, já são bastante conhecidos: altas taxas crescimento econômico, construção de obras faraônicas, desenvolvimento dos meios de comunicação, ascensão da classe média, expansão do ensino superior, controle da “subversão” e do “terrorismo” etc. No entanto, cabe ressaltar que concordo com Cordeiro (2012) ao afirmar que em nenhuma outra dimensão da realidade social a potência e a capacidade de realização do país se mostravam com tamanha magnitude e de uma maneira tão tipicamente nacional como no futebol.

Além de ser uma oportunidade de reafirmação da supremacia do Brasil nos gramados, a *Taça* também se constituiu como um espaço privilegiado para demonstrar aos brasileiros e ao mundo a potência (não só econômica, mas, também, civilizacional) em que o país, em tese, havia se transformado. Em um balanço do campeonato publicado pelo jornal *Gazeta Esportiva*, se afirma: “1.322 credenciais foram fornecidas para jornalistas do Brasil e do exterior, possibilitando [a cobertura de] uma realidade autêntica. Não só da competição, mas visando também mostrar o que é hoje o Brasil”. De acordo com o periódico: “seus costumes, sua gente, suas etnias e acima de tudo todo o seu progresso, foram destacados em todo o mundo, que viu mais uma vez o futebol brasileiro provar sua liderança e mostrar que também fora das quatro linhas sua potência é inegável” (Gazeta Esportiva 1972). Em entrevista concedida ao *Jornal dos Sports*, Havelange fez uma avaliação parecida do torneio: “a organização da *Taça* [...] foi perfeita. [...] Há países e povos que nunca tinham vindo ao nosso continente, o desconheciam e também tinham uma imagem distorcida, diferente da verdade que viram, assistiram e sentiram”. Segundo o presidente da CBD: “podemos mostrar ao mundo como vive o Brasil. Vive amalgamado com todos os tipos de raça, credos religiosos, ideologias, onde todos vivem felizes” (Jornal dos Sports 1972i).

Com efeito, a conquista da copa de 1970 foi importante para o projeto de propaganda política desenvolvido pelo regime militar (1969-1977), pois se constituiu como um elemento facilitador da deflagração do processo de “reinvenção do otimismo” ocorrido durante o “milagre

brasileiro”.¹⁷ Todavia, a mobilização do futebol no referido processo não pode ser reduzida à conquista do tricampeonato mundial pela seleção brasileira. Afinal, como se pode notar, a *Taça*, pouco lembrada pelos historiadores, também contribuiu para reafirmar leituras otimistas sobre o Brasil. Vale destacar que esse fenômeno extrapolou o universo do futebol, podendo ser observado em outras áreas do campo esportivo ainda pouco estudadas. Como exemplo, posso citar as campanhas vitoriosas do piloto de automobilismo Emerson Fittipaldi, que, em 1972, se tonou o primeiro brasileiro a conquistar o *Campeonato Mundial de Fórmula 1*; do boxeador Éder Jofre, que, em 1973, se sagrou campeão mundial, na categoria peso-pena, pelo Conselho Mundial de Boxe; assim como do jogador de xadrez Henrique Mecking, que, em 1972, foi campeão sul-americano e que, em 1973, conquistou o *Torneio Interzonal de Petrópolis/RJ*, se classificando para o *Torneio dos Candidatos*: última etapa eliminatória para a disputa do prestigiado *Campeonato Mundial da Federação Internacional de Xadrez*.

Diante desse quadro, Almeida (2009) e Cordeiro (2012) afirmam que a iniciativa de promover a *Taça* estaria diretamente associada a uma tentativa de prolongar a euforia nacional provocada pela conquista da copa de 1970. Discordo dos autores, pois, ao consultar os fundos documentais e os impressos mobilizados como fonte por ambos, não pude encontrar indícios que permitam o estabelecimento de tal associação. Inclusive, pude detectar uma fonte que chama a atenção para a possibilidade de a ideia de organizar a *Taça* ter sido anterior ao título do tricampeonato de futebol pela seleção brasileira. Refiro-me a uma matéria publicada pelo jornal *Última Hora*, já mencionada neste artigo, que transcreve parte de uma palestra ministrada por Abílio de Almeida, no Rotary Clube Jardim Primavera. Em sua exposição, ele afirma que: “a ideia de fazer o torneio nasceu em 1969, no México” (*Última Hora* 1972). Portanto, creio que a versão em questão precisa ser verificada com mais cautela, pois parece superestimar as conexões instituídas entre os dois eventos mencionados.

Ainda no que tange à *Taça*, acredito que sua tomada como objeto também nos ajuda a compreender melhor as relações estabelecidas entre regime militar e sociedade em sua complexidade. Em outras palavras, nos possibilita tecer considerações que vão além das já citadas leituras simplistas, binárias e maniqueístas – criadas no contexto da redemocratização e ainda hoje bastante reiteradas em alguns espaços de sociabilidade – que tendem a dividir a sociedade brasileira em polos antagônicos, tais como: Estado repressor *versus* sociedade vitimizada, colaboradores *versus* resistentes, bem *versus* mal, entre outros. Como já disse, me parece que, mais do que isso, existiu uma zona cinzenta entre esses polos, em que se pode detectar comportamentos variados diante da

¹⁷ Para mais informações, ver Fico (1997).

ditadura militar. Entre esses comportamentos, se pode, ainda, verificar uma gama de práticas de consentimento em relação ao regime militar, que, por sua vez, contribuíam para reafirmar o consenso estabelecido no período em tela. Entre outros exemplos, posso destacar o comportamento dos torcedores que lotavam as arquibancadas nos jogos do Brasil. Torcedores esses que, como destaca Cordeiro (2012), compunham a *mise-en-scène* da ditadura militar, vestindo o verde e o amarelo, carregando bandeiras, cantando o hino e canções de apoio, ovacionando o presidente Médici ao vê-lo na tribuna de honra do estádio.

Portanto, creio ser razoável afirmar que, mais do que um mero instrumento de manipulação e controle ideológico, a *Taça* se constituiu como um mecanismo de reafirmação do consenso social estabelecido em torno do regime militar. Isso nos ajuda a entender, entre outras coisas, que os brasileiros não eram passivos diante da propaganda política oficial, que só ganhou força porque, de fato, encontrou resposta na sociedade. Ajuda-nos a compreender, ainda, que, entre a adesão e a resistência, existiam uma série de atitudes sociais que, juntamente com a coerção e a manipulação, contribuíram para a sustentação da ditadura militar no período aqui focado. Acredito que o ângulo de visão exposto põe em relevo o imperativo de avançarmos no processo de superação das noções simplistas, binárias e maniqueístas citadas anteriormente. Para tanto, um caminho que me parece ser promissor é, entre outros ainda pouco trilhados, o desenvolvimento de mais estudos sobre as relações de continuidade que o regime militar estabeleceu com a sociedade brasileira. Notadamente, por meio do exercício do papel de legítimo representante de um conjunto de valores e tradições caros ao imaginário social nacional, como, por exemplo, o otimismo, a crença no futuro promissor do país.

Por fim, é importante sublinhar que, com este artigo, não tive a pretensão de esgotar a análise da *Taça*, muito pelo contrário. Afinal, além de considerar ser necessário dar continuidade nas discussões nele levantadas, reconheço que existem aspectos relacionados ao evento que ainda não foram verificados de um modo pormenorizado e que podem, na minha opinião, ampliar a dimensão do conhecimento histórico até então produzido a seu respeito. Todos esses aspectos já foram por mim destacados. Como exemplo, posso citar as relações estabelecidas entre a conquista da copa de 1970 e a organização do torneio, as conexões instituídas entre a ocorrência do campeonato e a questão da integração nacional, a importância do certame para o êxito da campanha de Havelange para alcançar a presidência da FIFA, entre outros. Em suma, creio que a complexidade das questões aqui abordadas, bem como as diversas lacunas ainda a serem preenchidas, iluminam a necessidade de avançarmos nos debates sobre a *Taça* – especialmente, por meio de novas publicações, derivadas de novas pesquisas sobre esse objeto.

Referências bibliográficas

- “0 x 0. Primeira barreira”. *Manchete*, 15 de julho de 1972f. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.
- “A taça mais cara do mundo”. *O Cruzeiro*, 21 de junho de 1972, 19.
- Almeida, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.
- Almeida, Adjovanes Thadeu Silva de. “O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)”. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- Almeida, Adjovanes Thadeu Silva de. “Popularizando os festejos: a *Taça Independência e o Sesquicentenário*”. In: Almeida, Adjovanes Thadeu Silva de. “O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)”. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- Antunes, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. “*Com brasileiro não há quem possa!*”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004. <https://doi.org/10.7476/9788539302789>
- “Argentina, França, Portugal, Eire, Peru e Iugoslávia disputam as três vagas que restam nas semifinais”. *Manchete*, 24 de junho de 1972d. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.
- Arquivo Nacional, *Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil*, 1972, pastas 58 e 58a.
- Bacellar, Carlos. “Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos”. In: *Fontes históricas*, org. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2008.
- Baczko, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi, v. 5, Antropos – Homem*, org. Ruggiero Romano. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- Brasil. Decreto-Lei nº 1.106/1970. Diário Oficial da União, 16 de junho de 1970, s. 1, 4521.
- “Brasil favorito decide Taça hoje com Portugal”. *Jornal do Brasil*, 9 de julho de 1972b, 1.
- “Brasil ganha a Taça no último minuto”. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1972d, 1.
- “Brasil quebra recorde da Hungria”. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1972c, 50
- Braudel, Fernand. “A longa duração”. In: Braudel, Fernand. *História e Ciências Sociais*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1982.
- “Câmera – coluna de Luiz Bayer”. *Jornal dos Sports*, 13 de junho de 1972e. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
- “CBD define quem participará da C. Independência”. *Jornal do Brasil*, 21 de dezembro de 1971, 39.
- Cerri, Luís Fernando. “1972: ‘Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos’”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 25, n. 1 (1999): 193-208. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1999.1.25569>
- “Chile arma esquema para barrar Portugal”. *Folha de S. Paulo*, 16 de junho de 1972b. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.
-

“Cobertura jornalística na Taça Independência”. *Gazeta Esportiva*, 14 de agosto de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.

Confederação Brasileira de Desportos. *Ofício nº 4554*. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 32.

Cordeiro, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.

Cordeiro, Janaína Martins. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43 (2009): 85-104.
<https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100005>

Cordeiro, Janaína Martins. “Da solenidade das comemorações à festa do futebol”. In: Cordeiro, Janaína Martins. “Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)”. Tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012.

Cordeiro, Janaína Martins. “Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)”. Tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012.

Corrêa, Antonio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972.

D’Araújo, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2010.

“Das mãos de Médici a Taça para Gerson”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972h, 21.

“Dez estádios recebem uma visita importante”. *Folha de S. Paulo*, 29 de julho de 1972a, 32.

“Espanha diz não ter medo e sim falta de datas”. *O Jornal*, 26 de fevereiro de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

“Federação não dá mais ingressos”. *Jornal dos Sports*, 13 de junho de 1972f. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

Fico, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

“FIFA, esse sonho”. *Manchete*, 13 de maio de 1972e. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.

Folha de S. Paulo. 2020. “História antiga”.
[http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/17/esporte/6.html#_="](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/17/esporte/6.html#_=).

“Havelange: os ingleses virão em 72”. *Folha de S. Paulo*, 1º de outubro de 1971a, 19.

“Havelange: Taça dá exemplo ao mundo”. *Jornal dos Sports*, 18 de julho de 1972i. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.

Hobsbawm, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914”. In: *A invenção das tradições*, org. Eric Hobsbawm e Terence Ranger. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

“Iugoslávia derrota a violência”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972d, 19.

“Iugoslávia, terceiro lugar com todos os méritos”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972f, 17.

“Jair, quando ninguém esperava”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972g, 20.

“Jogo Paraguai x Bolívia movimentada Campo Grande”. *O Globo*, 17 de maio de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

Larrain, Jorge. “Ideologia”. In: Bottomore, Tom; Harris, Laurence; Kiernan, Victor Gordon; e Miliband, Ralph. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Laborie, Pierre. “L'idée de résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement”. In: Laborie, Pierre. *Les Français des années troubles*. De la guerre d'Espagne à la Libération. Paris: Seuil, 2003.

Luca, Tania Regina de. História “dos, nos e por meio dos periódicos”. In: *Fontes históricas*, org. Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2008.

Magalhães, Livia Gonçalves. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

Malatian, Teresa. “Cartas: narrador, registro e arquivo”. In: *O historiador e suas fontes*, org. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2009.

“Maracanã com nova luz e gramado velho”. *Folha de S. Paulo*, 25 de dezembro de 1971b, 16.

“Médici. Um torcedor de noventa minutos”. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1972e, 55.

“Minicopa é show de bola para o mundo”. *Jornal do Comércio*, 7 de abril de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

“Minicopa – o Brasil não pode perder”. *Manchete*, 13 de maio de 1972h. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.

“No gol de Jair, a taça que fica”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972c, 17.

“O escrete em ritmo de vaia”. *Manchete*, 1º de julho de 1972c. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82b.

“Os europeus aceitam perder campeonatos, mas, jamais, a FIFA”. *Manchete*, 20 de maio de 1972b. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.

“Os maxi prejuízos da Taça”. *Veja*, 12 de julho de 1972b, 72.

“O presidente não pode ver uma vitória”. *Jornal dos Sports*, 29 de junho de 1972h. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.

“Os segredos de Estado da Minicopa”. *Manchete*, 3 de junho de 1972a. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.

“Primeiro nervoso; depois, só alegria”. *Folha de S. Paulo*, 10 de julho de 1972e, p. 21.

Rei, Bruno Duarte. “Arquivos e esporte: o Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)”. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2 (2014): 62-69.

Rei, Bruno Duarte. Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). Tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2019.

Rei, Bruno Duarte. “Esporte e propaganda política nos festejos do Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972): notas preliminares de um estudo”. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, v. 1, n. 187 (2013): 1-9.

“Renda em natal sobe com o sorteio”. *Jornal dos Sports*, 14 de junho 1972d. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

Reis Filho, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*, org. Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. São Paulo: EDUSC, 2004.

Reis Filho, Daniel Aarão. “Revolução e socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina*, org. Denise Rollemberg e Samantha Quadrat. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Riorda, Mario. “Hacia un modelo de comunicación gubernamental para el consenso”. In: *La construcción del consenso. Gestión de la comunicación gubernamental*, org. Luciano Elizande, Damián Fernández e Mario Riorda. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

Rodrigues, Ernesto. *Jogo duro: a história de João Havelange*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz, org. *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 1: África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz, org. *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Rollemberg, Denise e Quadrat, Samantha Viz, org. *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 3: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Rollemberg, Denise. “As trincheiras da memória”. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina*, org. Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Santos, João Manuel Casquinha Malaia, Costa, Maurício da Silva Drumond, e Melo, Victor Andrade de. “Celebrando a nação nos gramados: o Campeonato Sul-Americano de Futebol de 1922”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 57, v. 1 (2012): 151-174.
<https://doi.org/10.5380/his.v57i2.30578>

“Segunda barreira. 3 x 0”. *Manchete*, 15 de julho de 1972g. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 82a.

“Seleções ganham passagens para disputar a Taça”. *Jornal dos Sports*, 15 de junho de 1972g. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58.

Schatz, Patrícia Volk e Epíndola, Carlos José. “Jogos e estratégias: o campeonato brasileiro de futebol na década de 1970 e a política de integração nacional”. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 29 (2016): 302-324. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2016.19444>

Serpa, Élio Cantalício. “Revista O Cruzeiro de 1972: comemorando el Sesquicentenario de la Independencia y exaltando el Brasil moderno”. *Studia Historica*, Salamanca, v. 27 (2009): 375-398.

Soares, Filipe Menezes. “O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969-1974)”. Dissertação de mestrado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

Sosnoski, Thaisy. “Historiografia e memória: Biblioteca do Sesquicentário da Independência do Brasil (1972)”. Dissertação de mestrado, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2013.

Souto, Sérgio. “Imprensa e memória da copa de 50: a glória e a tragédia de Barbosa”. Dissertação de mestrado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2001.

Souza, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

“Supercopa já tem os cinco que jogam final”. *Jornal dos Sports*, 4 de março de 1972c. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 58.

“Taça mostrará o Brasil”. *Última Hora*, 1º de junho de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 58a.

“Taça Independência”. *A Tribuna*, 26 de junho de 1972. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 58a.

“Taça Independência”. *Jornal dos Sports*, 5 de junho de 1972b. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 58.

“Taça Independência: calendário vai mudar”. *Folha de S. Paulo*, 21 de dezembro de 1971c, 32.

“Taça Independência: integração pelo futebol”. *Jornal dos Sports*, 6 de junho de 1972a. In: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 58.

“Taça Independência, o torneio de votos de João”. *Veja*, 14 de junho de 1972a, 81.

“Torcida paulista emociona a seleção”. *Jornal do Brasil*, 3 de julho de 1972a, 50.

Veja. 2020. *Relembra a Taça Independência de 1972, uma verdadeira Minicopa*.

<http://vejario.abril.com.br/blog/historias-do-futebol-carioca/selecao-brasileira/relembre-a-taca-independencia-de-1972-uma-verdadeira-minicopa>

“Zagalo se emociona no final do jogo”. *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1972f, 54.

Recebido: 24 de setembro de 2019

Aprovado: 11 de novembro de 2019